



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLADOR  
GABINETE DO PREFEITO



Mensagem nº 20/2025.

Rolador, RS, 14 de fevereiro de 2025.

A Sua Excelência, o Senhor  
**JOÃO LUIZ MENEZES DE MORAIS**  
M.D. Presidente da Câmara Municipal de Vereadores  
**Nesta**

*Excelentíssimo Senhor Presidente,*

Encaminho a essa Casa Legislativa, com fulcro no art. 41 e art. 62, *caput* e inc. I, da Lei Orgânica Municipal, envio a Vossa Excelência, para apreciação do Plenário da Casa Legislativa, o Projeto de Lei nº 19/2025, com a seguinte ementa:

*“Concede revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos, estendida, dentre outros, aos proventos e as pensões dos aposentados e pensionistas com direito à paridade, bem como concede reajuste aos proventos dos aposentados e pensionistas não detentores do direito à paridade, e dá outras providências.”*

O projeto de lei incluso tem por objetivo conceder revisão geral anual aos vencimentos dos servidores, aos proventos e as pensões dos aposentados e pensionistas do Poder Executivo, e ainda reajusta o valor dos proventos dos aposentados e pensionista não detentores do direito à paridade.

Segue em anexo estimativa de impacto orçamentário e financeiro.

Solicito que o projeto seja apreciado em **REGIME DE URGÊNCIA**.

Nada mais havendo, subscrevo-me, esperando que o projeto seja apreciado na forma regimental.

Atenciosamente,

**JOÃO ALBERTO AQUINO GOMES**  
Prefeito Municipal



Projeto de Lei nº 19/2025.

*“Concede revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos, estendida, dentre outros, aos proventos e as pensões dos aposentados e pensionistas com direito à paridade, bem como concede reajuste aos proventos dos aposentados e pensionistas não detentores do direito à paridade, e dá outras providências.”*

(...)

## CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º.** A presente lei trata da concessão:

I - Da revisão geral anual, nos moldes do art. 37, inc. X, parte final, da Constituição Federal, e nos termos da Lei Municipal nº 820/2010, relativamente:

- a) à remuneração dos servidores públicos municipais do Poder Executivo integrantes do quadro geral, dos agentes comunitários de saúde e do quadro do magistério;
- b) à remuneração dos cargos comissionados e funções de confiança;
- c) aos proventos e às pensões, respectivamente, dos inativos e pensionistas com direito à paridade remuneratória com os servidores da ativa;
- d) à remuneração dos contratados temporariamente, em razão de excepcional interesse público; e
- e) à remuneração dos conselheiros tutelares.

II – Do reajuste dos proventos e pensões, respectivamente, dos aposentados e dos pensionistas sem direito à paridade remuneratória com os servidores da ativa.

## CAPÍTULO II DA REVISÃO GERAL ANUAL DA REMUNERAÇÃO Seção I Da revisão geral anual dos servidores do quadro geral

**Art. 2º.** É concedida, a contar de 1º de fevereiro de 2025, revisão geral anual de 4,83% (quatro vírgula oitenta e três por cento), correspondente à variação acumulada do IPCA entre janeiro e dezembro de 2024, incidente sobre a remuneração dos servidores do quadro geral a que se refere a Lei nº 62, de 05 de



julho de 2001, que dispõe sobre os quadros de cargos e funções públicas do município, e estabelece o plano de carreira dos servidores.

## **Seção II**

### **Do aumento real dos servidores do quadro geral**

**Art. 3º.** É concedido, a contar de 1º de fevereiro de 2025, aumento real de 2,17% (dois vírgula dezessete por cento), de aumento real, incidente sobre a remuneração dos servidores do quadro geral a que se refere a Lei nº 62, de 05 de julho de 2001, que dispõe sobre os quadros de cargos e funções públicas do município, e estabelece o plano de carreira dos servidores

## **Seção III**

### **Do Padrão de referência do quadro geral**

**Art. 4º.** Por conta da revisão e do aumento real a que se referem os arts. 2º e 3º da presente Lei, o Padrão de Referência (PR) de que trata o art. 27, da Lei municipal nº 62/2001, é fixado, a partir de 1º de fevereiro de 2025, em R\$ 1.099,70 (um mil e noventa e nove reais e setenta centavos).

## **Seção IV**

### **Da revisão geral anual e aumento real aos agentes comunitários de saúde**

**Art. 5º.** A revisão geral anual e o aumento real a que se referem os arts. 2º e 3º da presente lei também incidem nos mesmos índices e datas sobre a remuneração dos servidores titulares dos cargos de provimento efetivo de agentes comunitários de saúde, categoria funcional criada pela Lei municipal nº 708, de 10 de dezembro de 2008.

**Art. 6º.** Por conta da revisão geral anual e aumento real concedidos aos agentes comunitários de saúde, o Padrão Referencial do Agente Comunitário de Saúde (PRACS) de que trata o art. 1º, da Lei municipal nº 1.324, de 1º de abril de 2015, que dispõe sobre a criação do padrão referencial do agente comunitário de saúde, é fixado, a partir de 1º de fevereiro de 2025, em R\$ 2.135,42 (dois mil e cento e trinta e cinco reais e quarenta e dois centavos).

## **Seção V**

### **Da revisão geral anual e aumento real dos servidores do quadro do magistério**

**Art. 6º.** A revisão geral anual e o aumento real a que se referem os arts. 2º e 3º da presente lei também incidem nos mesmos índices e datas sobre a remuneração dos integrantes do quadro do magistério a que se refere a Lei nº 50, de 21 de junho de 2001, que estabelece o plano de carreira do magistério público do Município de Rolador e institui o respectivo quadro de cargos.

**Art. 7º.** Por conta da revisão a que se refere o art. 6º da presente Lei, o valor do Padrão Referencial do Magistério (PRM) disciplinado no art. 33, da Lei municipal



nº 50/2001, é fixado, a partir de 1º de janeiro de 2025, em R\$ 1.590,47 (um mil e quinhentos e noventa reais e quarenta e sete centavos).

### **CAPÍTULO III**

#### **DO REAJUSTE DOS PROVENTOS E PENSÕES NÃO SUJEITOS À CLÁUSULA DA PARIDADE**

**Art. 8º.** O valor dos proventos dos aposentados e da pensão dos pensionistas não detentores do direito à paridade remuneratória com os servidores da ativa é reajustado, a partir de 1º de janeiro de 2025, em 4,77% (quatro vírgula setenta e sete por cento), com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC no ano de 2024, apurado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

### **CAPÍTULO IV**

#### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 9º.** A revisão geral anual a que se refere o Capítulo II da presente lei também abrange:

**I** - A remuneração dos:

- a) Contratados temporariamente, nos termos do art. 37, inciso IX da Constituição Federal;
- b) Conselheiros tutelares;
- c) Chefias de órgãos da Administração, assessores, e demais cargos comissionados/funções de confiança, exceto secretários municipais.

**II** - Os proventos e pensões, respectivamente, dos aposentados e pensionistas com direito à paridade remuneratória com os servidores da ativa.

**Art. 10.** A despesa decorrente desta Lei será atendida pelas dotações próprias do Orçamento anual de 2025.

**Art. 11.** Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

(...)